



Revisão das Experiências de Recuperação de Áreas Alteradas na Amazônia Brasileira

O surgimento de áreas alteradas na Amazônia

Desde o Brasil colônia, a Amazônia experimentou intensos processos de ocupação. As políticas de crescimento econômico dos governos militares, tendo a Amazônia como grande almoxarifado de terras, ocasionaram seguidas ondas de imigrações, fazendo com que um grande número de produtores oriundos de outras regiões, principalmente do sul do país, ocupassem a região de forma desordenada, resultando em índices elevados de desmatamento. Hoje, a Amazônia brasileira possui 330 milhões de hectares, dos quais cerca de 58 milhões estão desmatados. O Centro para Pesquisa Florestal Internacional- Cifor, juntamente com a Embrapa Amazônia Oriental estão desenvolvendo um estudo intitulado Revisão de Experiências de Recuperação de Áreas Alteradas na Amazônia Brasileira. Este estudo conta com a colaboração do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia- Ipam e com o Museu Paraense Emílio Goeldi- MPEG. O objetivo central é aumentar as chances de recuperação de áreas já alteradas na Amazônia, para que as florestas possam exercer suas funções ecológicas, econômicas e sociais.

O termo “áreas alteradas” no qual o estudo está centrado, significa áreas antropizadas por atividades agropecuária e madeireira, e tem como foco os estabelecimentos rurais, abrangendo três tipos de área: preservação permanente, reserva legal e áreas abertas (sem vegetação ou ocupadas por capoeiras).

A coleta de dados do estudo teve como principal foco a região mais desflorestada da Amazônia brasileira, conhecida como *arco do desmatamento*. Esta região tem início no nordeste do Estado do Pará, atravessa o sudoeste do estado do Maranhão e norte do Estado do Mato Grosso, seguindo até o noroeste do Estado de Rondônia. Sua largura varia entre 200 e 600 km, dependendo da intensidade das atividades antrópicas. Apesar desta faixa incluir sete estados da Amazônia, em 2001, apenas 50 municípios (20% dos municípios do arco) foram responsáveis por 70% do desmatamento. É nesta região que programas de recuperação de áreas alteradas devem dedicar mais esforços.

Nesta região predominam atividades como exploração predatória de madeira, pecuária e agricultura e trazem, dentre outros problemas, a susceptibilidade ao fogo. A ocorrência de fogo acidental e o próprio desmatamento, provoca a diminuição da umidade local, alterando o regime de chuva da região, redução da capacidade produtiva, comprometimento da biodiversidade e dos serviços ecológicos, dentre outros. Os modelos de uso da terra utilizados atualmente pela agricultura amazônica, seja em pequena, média ou grande escala, acarretam a exaustão do solo, comprometendo a produção agrícola futura e ameaçando a floresta. O esgotamento dos nutrientes do solo faz com que o produtor abandone a área, desmatando ainda mais.

O estudo “Revisão das Experiências de Recuperação de Áreas Alteradas”, uma parceria entre Cifor e Embrapa

As áreas alteradas podem se tornar produtivas, e recuperá-las é uma importante alternativa para reduzir a pressão sobre a floresta. O estudo que está sendo desenvolvido pelo convênio Embrapa-Cifor tem como objetivos (a) conhecer as experiências de recuperação de áreas alteradas desenvolvidas na Amazônia, identificando os motivos de sucesso e insucesso; (b) identificar os fatores técnicos, econômicos, sociais e políticos que influenciam a adoção de tecnologias disponíveis para a recuperação de áreas alteradas; (c) retirar destas experiências, lições que possam ser usadas no planejamento, execução e avaliação de futuras iniciativas para recuperar áreas alteradas, (d) analisar as experiências desenvolvidas e retirar padrões de projetos de recuperação de áreas alteradas, específicos para diferentes regiões da Amazônia; (e) divulgar os resultados obtidos, orientando políticas públicas com relação a financiamentos concedidos para pequenos, médios e grandes produtores.



Área de manejo de açaizeiro com enriquecimento de frutíferas e florestais. Associação dos Pequenos Agricultores da Vila das Crioulas-Apavicri. Breu Branco- Pará.

Inicialmente foi dedicado esforço para buscar o maior número de experiências com recuperação de áreas alteradas na Amazônia brasileira. Com o apoio de várias instituições, mais de 300 experiências espalhadas por toda a Amazônia foram catalogadas e encontra-se armazenada no banco de dados do Cifor. Com base neste levantamento foi feita a seleção das experiências para visita de campo, obedecendo alguns critérios, dentre eles, a) presença de componente arbóreo; b) experiências com mais de um ano de implementação; c) área experimental superior a 0,5 ha.

O esforço amostral foi concentrado em projetos coletivos com agricultores familiares. Após as visitas de campo observamos que para se conduzir uma experiência de recuperação de área alterada é preciso pensar em todas as etapas, desde a organização dos agricultores, espécies a serem plantadas, até a comercialização dos produtos. Depois de 24 projetos visitados nos estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia e Acre, podemos retirar algumas considerações:

Resultados preliminares

Seleção dos produtores. Para que o projeto tenha maior chance de sucesso é importante selecionar agricultores que realmente estejam interessados na atividade, freqüentando e participando das reuniões. O fato de ser projeto “a fundo perdido” atrai muitos agricultores, mas precisam de dedicação como qualquer outra atividade. Os coordenadores devem ter a sensibilidade de selecionar os agricultores que se comprometam com os objetivos do projeto.

Escolha das espécies. Deve ser levado em consideração que a doação de recursos é importante apenas para iniciar o processo, e que os agricultores deverão estar aptos a levar adiante a experiência por conta própria. Ou seja, os lucros gerados pela experiência devem ser suficientes para prover o sustento da família e investir mais ainda na atividade. Para tanto, é preciso ser criterioso na escolha das espécies a serem plantadas. É importante selecionar espécies que frutifiquem em diferentes épocas, pois é uma maneira de garantir a renda do agricultor durante todo o ano. Também deve-se plantar espécies que frutifiquem desde o primeiro ano de plantio, pois como para os beneficiários se trata de uma maneira alternativa de cultivar a terra, é de fundamental importância mostrar resultados a curto prazo, motivando o agricultor. Nesta fase também é importante pensar no mercado consumidor.

Participação dos agricultores. Os agricultores têm experiência no cultivo da terra e, portanto suas opiniões devem ser levadas em consideração. Quando isto acontece, o nível de aceitação e a probabilidade do projeto ser levado adiante são muito maiores. A participação dos agricultores também é importante para fazê-los se sentir responsáveis pela experiência.

Assistência técnica. Levando-se em consideração que a maioria dos agricultores não têm muita experiência no plantio consorciado, a orientação para a condução da experiência é extremamente relevante. Para tanto é necessário buscar parcerias institucionais e governamentais, onde possa ser garantida assistência técnica de qualidade e com freqüência.

Descentralização da coordenação. É natural que as associações tenham líderes e que estes tomem a frente das atividades. Entretanto esta liderança não pode significar que ele seja o único responsável. A administração dos recursos é complexa, principalmente quando se trata de valores altos. Portanto o ideal é ter um grupo de pessoas responsáveis e não somente uma ou duas pessoas.



Sistema agroflorestal de café, pupunha e castanheira com 10 anos. Associação Juinense Organizada para Ajuda Mútua- Ajopam. Juína-Mato Grosso.



Produtos industrializados oriundos de sistemas agroflorestais. Associação dos Produtores Alternativos- Apa. Ouro Preto do Oeste-Rondônia

Industrialização e comercialização. O conjunto de sistemas de uso da terra praticados na região, funciona melhor baseado num tripé: produção, assistência técnica e comercialização. A comercialização é o processo final da atividade e, portanto, fator limitante para seu sucesso. Entretanto, os produtos vendidos *in natura* não produzem renda ideal, daí a necessidade da industrialização, com a finalidade de agregar valor. A busca de recursos para a industrialização deve ser feita desde o início, de modo que, quando as primeiras culturas frutificarem, a indústria já esteja pronta. Esta também é uma maneira de incentivar o agricultor, pois o retorno financeiro é logo atingido. O sucesso na geração de renda pode incentivar agricultores vizinhos a iniciar o mesmo tipo de experiência por conta própria, como observamos em alguns projetos visitados. Os projetos visitados onde a indústria não estava pronta, muitos agricultores abandonaram as atividades.

Perspectivas

Através deste estudo, pretendemos melhorar as possibilidades de sucesso de futuras iniciativas, identificando enfoques e estratégias que contribuirão para a sustentabilidade da Amazônia. Também pretendemos nortear as políticas públicas que visem implementar o uso sustentável de recursos naturais, a partir da reutilização de áreas já desflorestadas. Assim, pode ser possível reduzir a pressão sobre a floresta pelas atividades agropecuárias e madeiras, assegurando melhores condições de vida para as populações locais.

Equipe – César Sabogal (Cifor); Everaldo Almeida (Convênio Embrapa/Cifor); Juliana Silveira (Convênio Embrapa/Cifor); Silvio Brienza (Embrapa).
Correio Eletrônico para contato: e.almeida@cgiar.org

Convênio Embrapa – Cifor

Embrapa Amazônia Oriental Trav. Dr. Enéas Pinheiro s/n, CEP-66.095-100, Belém- Pará – Brasil
Fone/Fax: (+ 55 91) 276 9539/0041, correio eletrônico: ciforbel@interconnect.com.br